

## 2. Estado e alianças de classes na Argentina, 1956-1976\*

Guillermo O'Donnell

### Introdução

O presente trabalho é uma extensão da perspectiva histórica que utilizei num livro recentemente terminado, no qual estudo a tentativa, iniciada em 1966, de implantar e consolidar na Argentina o que chamo de Estado burocrático-autoritário.<sup>1</sup> Suas modalidades de aliança com a grande burguesia doméstica e com o capital internacional, seus impactos sociais e, finalmente, seu colapso a partir das grandes explosões sociais de 1969 foram comparados com as experiências do Brasil a partir de 1964, do Chile a partir de 1973 e, na medida em que a escassa informação disponível o tornou viável, com as experiências do Uruguai atual. Desde março de 1976 a Argentina passa por uma nova tentativa de implantação desse tipo de denominação, só que agora em condições — sobretudo em virtude da intensidade da crise econômica e da “ameaça”<sup>2</sup> política prévias — mais intensas que as de 1966 e, em numerosos aspectos, mais parecidas com as de outros casos latino-americanos.

Não posso me deter aqui em assinalar os aspectos gerais que a tentativa de 1966 teve em comum com os outros casos já mencionados. O pertinente aqui é que eles permitem contrastar as diferenças específicas do período burocrático-autoritário argentino de 1966 com os restantes, o que possibilita por sua vez entender um pouco melhor as razões pelas quais, nas últimas décadas, têm fracassado as tentativas de estabelecer qualquer tipo de dominação política (ou, o que é o mesmo, qualquer tipo de Estado) na Argentina.<sup>3</sup>

\* Artigo publicado originalmente em *Desarrollo Económico*, vol. 16, nº 64, jan.-mar. 1977, e republicado em *Estudios CEBRAP*, nº 21, jul.-set. 1977. O autor é diretor acadêmico da Helen Kellogg Institute da Universidade de Notre-Dame (EUA), professor titular do Departamento de Pós-Graduação em Ciências Políticas da Universidade de São Paulo e pesquisador sênior do CEBRAP. Tradução de Francisco Paulo Cipolla.

Nas páginas que seguem não se encontrará uma análise nem o propósito de explicar as conjunturas. O presente trabalho se coloca em outro nível de análise: o das tendências a longo prazo que enquadram tais conjunturas e, ao mesmo tempo, permitem ligá-las com o processo histórico no qual emergiram e se dissolveram. Expliquemo-nos. No livro já mencionado, assinalo algumas diferenças específicas do caso de “autoritarismo burocrático” argentino de 1966-1973 com relação aos restantes. As principais foram, sinteticamente: 1) o nível menor de ameaça prévia à implantação do novo Estado; 2) os controles menos severos aplicados ao setor popular e seus aliados políticos; 3) o maior nível de autonomia do setor popular (e, dentro dele, especialmente da classe operária) e dos sindicatos frente ao Estado e às classes dominantes; 4) a moderada queda dos salários dos operários e a perda muito mais abrupta de renda sofrida por boa parte dos setores médios empregados; 5) a rápida aliança que se forjou entre o setor popular e os sindicatos, de um lado, e boa parte da burguesia doméstica<sup>4</sup>, de outro, contra o novo *Estado* e em particular contra suas políticas tipicamente “eficientistas” e internacionalizantes; 6) o agudo conflito a que se viu prontamente lançado o governo — e, com ele, a grande burguesia urbana que ostensivamente guiava a política econômica — contra a burguesia pampeana; 7) o decisivo papel que teve o peronismo como canal de expressão e mobilização de uma heterogênea constelação de forças. Esses elementos são fundamentais para explicar os conflitos, comparativamente inusitados, que surgiram no interior do novo sistema de dominação, e também as explosões sociais e a aguda ativação política que, “a partir de fora” desse Estado, provocaram um colapso ainda não ocorrido nos demais casos latino-americanos.<sup>5</sup>

Porém, se os fatores recém-mencionados servem para explicar essas diferenças comparativas de curto prazo, é evidente que eles necessitam ser explicados. Isso nos remete a espaços históricos mais amplos nos quais podem achar-se as razões que tornam inteligível o fato de que, em 1966, a sociedade argentina tivesse, em muitos sentidos, uma notável capacidade de resistência aos impactos sociais e econômicos típicos do Estado burocrático-autoritário. A motivação que nos leva a colocar este problema não é somente retrospectiva; na realidade, ela gira em torno da crença de que, no ano de 1976, iniciou-se na Argentina um processo que pode implicar o ponto de inflexão das tendências que passamos a estudar.

## Antecedentes históricos

Não tentarei aqui contrabandear uma síntese histórica. Simplesmente assinalarei, com dados que nos darão um ponto de partida para a análise a efetuar, alguns aspectos relacionados com a incorporação originária da Argentina ao mercado capitalista mundial. Nesses aspectos, enraizaram-se importantes diferenças específicas originárias da Argentina<sup>6</sup> com relação aos restantes casos latino-americanos; por sua vez, tais diferenças continuaram repercutindo, engrenando-se com acontecimentos mais contemporâneos, sobre algumas características do capitalismo, a estrutura de classes e, também centralmente para nosso tema, sobre os recursos do poder e sobre as alianças possíveis para suas classes dominadas na Argentina.

Permitam-me enunciar sem fundamentação as características diferenciais e os contrastes comparativos que mais interessam para nossa análise.<sup>7</sup>

1. Como os restantes da América Latina, o capitalismo argentino se expandiu ao ritmo e com as características impostas fundamentalmente pela incorporação, como exportadoras de produtos primários, de algumas de suas regiões. Isto permite traçar uma primeira distinção superficial em relação às vastas regiões da América Latina que não ficaram vinculadas diretamente<sup>8</sup> ao mercado mundial, entre as quais somente faremos algumas referências à fazenda andina. Dentro das regiões que foram vinculadas ao mercado mundial como exportadoras de produtos primários, o sistema da estância<sup>9</sup> dos pampas argentinos e do Uruguai teve conhecidas diferenças com relação aos enclaves e plantações (cujos subtipos nos permitiremos ignorar) prevalentes no resto do continente como modalidade habitual de incorporação ao mercado mundial. Dessas diferenças assinalamos: a) a estância foi menos trabalho-intensiva que a *plantation* e a fazenda; b) foi também menos capital e tecnologia-intensiva que a *plantation* e o enclave; c) em grande medida, por causa desse último fator, o controle do principal recurso produtivo (a propriedade da terra) ficou, nos pampas argentinos e no Uruguai, em mãos de uma prematura burguesia agrária local, enquanto que o enclave e a *plantation* costumaram ser propriedade direta do capital internacional e a fazenda ficou em mãos de uma oligarquia escassamente capitalista; d) este fato, combinado com as vantagens comparativas no comércio internacional derivadas de uma alta renda diferencial, deu à burguesia pampeana e à uruguaiana uma importante base própria de acumulação de capital; e) o que por sua vez — ainda que não deixasse de filtrar uma pesada carga de

dependência a partir do controle, pelo capital europeu, dos mecanismos de transporte, financiamento e comercialização internacional de seus produtos — fez com que a acumulação agrária impulsionasse a emergência de um setor urbano, comercial e incipientemente industrial, significativamente mais rico e diversificado que o das economias que giravam em torno da fazenda, do enclave e da *plantation*. Essas características são bem conhecidas<sup>10</sup>, porém delas derivam outras às quais se tem prestado pouca atenção.

2. A economia exportadora de lãs e cereais — e, mais tarde, também de carne — cobriu uma parte proporcionalmente maior do território nacional que a parte que abarcaram as outras economias de exportação latino-americanas. Sobretudo, abarcou uma quantidade e proporção muito maior das respectivas populações: as zonas não diretamente incorporadas ao sistema capitalista mundial tiveram na Argentina um peso econômico e demográfico muito menor que no resto da América Latina. A isso deve-se acrescentar que sempre foi escassa naquele país a incidência do campesinato, sujeito a relações pré-capitalistas de produção e a condições de vida miserável, que caracterizam boa parte do resto do continente. O fato de que uma proporção significativamente maior da população tenha-se inserido em sua particular economia de exportação equivale a afirmar que, desde fins do século XIX, a Argentina constituiu um caso de homogeneidade intranacional significativamente maior que o resto da América Latina.<sup>11</sup> Apesar das transformações posteriores, esta maior homogeneidade intranacional continua sendo notória.<sup>12</sup>
3. Porém, ademais, a importante base de acumulação local proporcionada pelo controle direto da terra, a alta produtividade internacional da mesma até aproximadamente 1930<sup>13</sup> e os escassos requerimentos de trabalho implicados por sua modalidade, “extensiva”, de exploração foram decisivos para que a região pampeana — inclusive seus centros urbanos — fosse internamente mais diversificada e próspera que as regiões do enclave, da *plantation* e da fazenda. Basta para fundamentar esta proposição o fato de que os salários na zona pampeana e nos centros urbanos argentinos foram, até aproximadamente a Segunda Guerra Mundial, mais altos que os salários de boa parte dos países europeus,<sup>14</sup> enquanto que os salários do resto da América Latina — se e quando se estabeleceram relações salariais — foram muito inferiores. Com isso assinalamos não somente que a homogeneidade intranacional foi significativamente maior, mas também que, “dentro” da região diretamente incorporada ao sistema capitalista mundial, a Argentina não só foi mais diversificada como também gerou um nível

de renda significativamente maior do seu setor popular. Isso por sua vez teve conseqüências, dentre as quais é indispensável que assinalemos: a) até começos do século XX, a existência de um mercado urbano (e, em boa medida, também pampeano) plenamente capitalista e de renda comparativamente alta induziu um começo de industrialização que recebeu um forte impulso com as restrições à importação resultantes da Primeira Guerra Mundial — não é certo que a industrialização argentina tenha começado com a crise de 1930; começou antes, e mais cedo que no resto da América Latina;<sup>15</sup> b) ao mesmo tempo, emergiu uma também prematura classe operária que, apesar de somente mais tarde haver entrado por direito próprio na arena política,<sup>16</sup> desenvolveu padrões organizativos autônomos em face do Estado e da incipiente burguesia industrial, no que sem dúvida alguma se viu favorecida por uma forte demanda de trabalho que não podia recorrer, para satisfazê-la — e para debilitar essa organização —, a um numeroso e próximo campesinato; c) as amplas possibilidades de expansão comercial e financeira, juntamente com essas primeiras atividades industriais — todas as quais tinham sua origem naquelas não desprezíveis fatias de acumulação de capital retidas localmente graças àquela modalidade específica de inserção dependente no sistema capitalista mundial — fizeram com que esta economia crescesse fundamentalmente pelo impulso de sua própria sociedade civil, do seu conhecimento e do seu encadeamento com a economia internacional; em outras palavras, o impulso dinamizador desse sistema passava menos pelo Estado, como em geral tendeu a ocorrer — e com muito mais inconvenientes — nas outras economias latino-americanas. Convém que nos detenhamos um pouco sobre esse ponto.

No período que decorreu (grosso modo) entre 1870 e 1930,<sup>17</sup> o Estado argentino pôde parecer-se com o Estado liberal dos grandes centros mundiais, enquanto funcionou como um sistema de democracia política mais ostensiva, fraudulenta, porém com um nível de participação eleitoral não inferior àqueles,<sup>18</sup> e enquanto, economicamente, não ia além de prover cruciais, porém limitadas, condições gerais de funcionamento do sistema.<sup>19</sup> O que interessa frisar é que esse Estado foi criatura da burguesia pampeana e de suas extensões financeiras e comerciais no setor urbano, por um processo que também implicava a constituição dessa burguesia e do sistema que dominava, em apêndice direto e altamente internacionalizado do mercado mundial. O que quer dizer isso? Para esclarecê-lo devemos novamente recorrer a algumas esquemáticas comparações. A burguesia pampeana e suas extensões urbanas se engrenaram — constituindo-o<sup>20</sup> — com

um Estado nacional e não com o Estado regional que no resto da América Latina foi tantas vezes o principal âmbito de poder político das respectivas classes dominantes. Outro aspecto disso foi que aquele Estado nacional arrasou — mais facilmente e mais plenamente — as autonomias regionais das oligarquias das regiões vinculadas diretamente ao mercado mundial que, como já assinalai, pesavam muito menos no conjunto devido ao alto peso relativo e ao dinamismo da economia sustentada na região pampeana.<sup>21</sup> Isto implicou que esse Estado nacional tivesse que condensar, muito menos que no resto da América Latina, mutáveis e delicadas relações de forças entre as regiões diretamente incorporadas ao mercado mundial e aquelas à margem dele. O que por sua vez determinou que à centralidade econômica da burguesia pampeana e seus tentáculos se agregasse, por meio do Estado com o qual se constituiu, sua centralidade política enquanto classe internamente dominante muito menos contrapesada pelas classes de outras regiões. Finalmente, os deslocamentos na importância relativa dos produtos de exportação se deram “dentro” da zona pampeana e de sua burguesia<sup>22</sup> e não, como em tantos outros casos da América Latina, mediante a incorporação de novos produtos de novas regiões, o que levava a complexas recomposições de alianças com as classes dominantes locais e os segmentos de capital internacional preexistentes.

Porém essa persistente centralidade da burguesia pampeana determinava, pela mesma modalidade de inserção no mercado mundial, que essa classe e esse Estado prematuramente nacionais fossem também originária e constitutivamente o âmbito principal da internacionalização de sua sociedade e economia. Em especial, as características “liberais” do Estado argentino e o forte peso relativo de sua sociedade civil não podem ser entendidos senão a partir de sua condição de pontos de encadeamento da burguesia pampeana com o capital internacional que também “estava ali”, extensamente interiorizado, no seu controle de financiamento, do transporte e da comercialização externa da produção pampeana. Foi essa constitutiva internacionalização de uma região economicamente muito dinâmica (com as fatias de acumulação que ficavam retidas localmente) e que incluía (expressando um alto grau de homogeneidade intranacional) a “parte” decisiva de uma Argentina quase sem campesinato, o que permitiu, precisamente, que esse Estado tão internacionalizado fosse, para as regiões marginalizadas desse sistema, prematura e arrasadoramente. A oligarquia andina ou a do Nordeste do Brasil puderam controlar diáfana e diretamente “seu” Estado regional, e o capital internacional do enclave e a *plantation* tenderam a conquistar um Estado (regional ou nominalmente nacional) que surgiu não tanto como emanção de — senão como enxerto

imposto a — uma sociedade civil que não tinha uma burguesia local dotada de uma base de acumulação própria. De outra forma, na Argentina, a existência dessa burguesia, como parte de sua própria modalidade de incorporação ao mercado mundial, gerou uma situação na qual os Estados regionais pesaram pouco, e na qual o Estado nacional foi um dos âmbitos cruciais da alta e prematura internacionalização de um conjunto em que a economia pampeana abarcou muito mais que as outras economias latino-americanas de exportação. Por isso — não apesar, senão como condição mesma de sua centralidade “interna” — a relação da burguesia pampeana com o Estado não teve a diafanidade e imediatez que, cada um à sua maneira, impuseram as oligarquias regionais e o capital internacional em boa parte da América Latina. Esta é uma maneira de reafirmar o que foi dito anteriormente acerca do alto grau de diferenciação e de autonomia própria (econômica e, começamos a vê-lo, também política) da sociedade civil que se foi plasmando ao compasso de tudo isso.<sup>23</sup>

Termino aqui a esquemática apresentação dos dados históricos indispensáveis para entrar concretamente no tema. Antes disso, apenas é necessário mencionar que, apesar de o Estado liberal argentino não ter sobrevivido à crise da década de 30, os antecedentes que acabamos de resumir permitiram que a Argentina se recuperasse dos impactos econômicos dessa crise mais rápida e facilmente que quase todos os restantes países latino-americanos. Inclusive induziu um novo impulso de industrialização substitutiva de importações (facilitada por um mercado interno efetivo<sup>24</sup> comparativamente grande) e de incorporação de grande parte da força de trabalho “extraível” das regiões não pampeanas. Não é o momento de analisar o que é que isso teve a ver com a emergência do peronismo, mas sim entrar, finalmente, no tema central deste trabalho.

## Dilemas

Devemos agora levar em conta dois pontos fundamentais sobretudo por sua interação. O primeiro já o mencionamos, isto é, a emergência na Argentina de um setor popular, no qual tem importante peso a classe operária, dotado de recursos econômicos e organizativos significativamente maiores que os do resto da América Latina<sup>25</sup> — e o que por sua vez resultou da combinação dos grandes excedentes disponíveis e da muito menor pressão exercida sobre o mercado urbano por parte de um quase inexistente campesinato.<sup>26</sup> Se isso foi uma “vantagem” para o desenvolvimento capitalista argentino, sua contrapartida era que não somente fortalecia seu setor popular, mas também implicava que

— quando a bonança desaparecia e as condições econômicas se aproximavam de situações de soma-zero — não havia grandes regiões marginais que contivessem um campesinato, o qual pudesse arcar com parte substancial do custo de possíveis acordos internos à região mais plenamente capitalista. Por um lado, a existência desse campesinato como disponibilidade efetiva ou virtual de força de trabalho debilita a classe operária, facilitando que se lhe imponham condições mais rigorosas. E, por outro lado, essa mesma existência implica uma classe muito mais indefesa que a operária,<sup>27</sup> permitindo a extração de excedentes que aliviem as condições de soma-zero às quais pode chegar o “centro” do sistema. O requisito para uma e outra coisa é que esse campesinato tenha um importante peso numérico em relação ao conjunto do setor popular urbano; caso não seja assim, a libra de carne que de todas as formas lhe é extraída<sup>28</sup> não é suficiente para facilitar “soluções” menos conflitivas no interior do centro.

O segundo ponto a assinalar — que mais abaixo veremos desdobra-se junto com o anterior — surge de outra particularidade dessa economia: seus principais produtos de exportação — cereais e carne — são alimentos que constituem o principal bem de salário do setor popular. Extraíamos disso algumas conseqüências ainda bastante genéricas. Cada um dos restantes produtos primários de exportação latino-americanos incide menos sobre o consumo do setor popular e, portanto, incidem menos as mudanças em seus preços relativos internos. Outra conseqüência é que a maneira como incidem essas mudanças sobre o consumo popular é na maioria dos casos indireta, mediatizada por mecanismos difíceis de captar; em contraste, uma mudança nos preços relativos dos principais alimentos tende a ser imediatamente percebida. A terceira conseqüência genérica é que essa percepção incumbe um setor popular ao qual os fatores que já delineamos deram um nível de renda (e, portanto, presumivelmente, de expectativas) e de autonomia organizacional (e, portanto, de capacidade de resistência) significativamente maior que os outros casos latino-americanos. Estamos agora em condições de analisar processos mais concretos.

A crise de 1930 deprimiu exogenamente os preços dos bens pampeanos. Pouco depois, o governo peronista (1946-1955) foi um primeiro esboço de problemas que mais tarde eclodiram plenamente. Primeiro (1946-1950), o Estado se apropriou de parte substancial do produto das exportações pampeanas, manteve deprimidos seus preços internos e com isso aumentou o nível de renda do setor popular e ampliou a demanda efetiva de outros bens, sobretudo industriais. Porém isso não tardou em gerar problemas de balanço de pagamentos, devidos ao efeito conjunto do “desalento” da produção pampeana e do aumento do consumo

interno de produtos exportáveis. Mais tarde (1952-1955), aumentaram os preços agropecuários, com o que — pela operação em sentido inverso do efeito conjunto há pouco assinalado — aliviou-se a situação do balanço de pagamentos. Porém isso por sua vez gerou resistências à redistribuição negativa da renda que implicava e à redução do mercado efetivo com que contava a burguesia urbana.

Pouco mais tarde, por volta de 1960, produziu-se uma grande onda de investimentos estrangeiros diretos na indústria e nos serviços, que implicaram a rápida internacionalização (mediante capitais e atividades muito diferentes dos que antes se haviam assentado nas atividades exportadoras) da estrutura produtiva urbana.<sup>29</sup> Contrariamente às esperanças “desenvolvimentistas”, essa nova etapa resultou num forte aumento da demanda de importações, maior que a taxa de crescimento do produto nacional das exportações e da produção pampeana.<sup>30</sup> Diante disso, a solução economicamente “evidente” — e reiteradamente proposta como tal — radicava num forte aumento das exportações que, ao elevar o teto do balanço de pagamentos, houvesse permitido prover essa estrutura produtiva urbana das importações necessárias para um “desenvolvimento sustentado”. Supostos os parâmetros capitalistas da situação, essa solução implicava, fundamentalmente, encontrar meios para aumentar a produção (e a produtividade) pampeana e/ou para reduzir o nível de renda do setor popular de forma que, por meio da redução do consumo interno de alimentos, ficassem “libertados” maiores excedentes exportáveis. Porém a simplicidade cartesiana dessas “soluções” econômicas — que foram tentadas — tropeçou com as complicações políticas que passamos a analisar.

## Ciclos

Da superposição produtos exportáveis-alimentos-bens de salário surgiram várias conseqüências fundamentais. Em primeiro lugar, deu-se uma base objetiva, que ademais foi subjetivamente reconhecida,<sup>31</sup> para repetidas alianças entre boa parte das frações débeis da burguesia urbana e o setor popular. Essas alianças se forjaram em torno da defesa do mercado interno contra os efeitos recessivos que (por via do aumento do preço interno dos alimentos e da conseqüente redução da demanda efetiva) acompanharam toda alta importante dos preços dos produtos exportáveis pampeanos. Em segundo lugar, as mobilizações do setor popular em defesa do nível de renda e consumo internos realimentaram sua capacidade de organização e ação política, sobretudo por meio — como veremos — de parciais porém reiteradas vitórias. Uma

terceira consequência foi que a aliança antes mencionada provocou, algumas vezes efetivou politicamente, um profundo corte “horizontal”, interno à burguesia urbana, entre suas frações oligopólicas e as mais débeis — que encontraram no setor popular um bem-vindo aliado para renegociar suas acomodações ante as primeiras. Em quarto lugar, os mesmos processos determinaram a repetida aparição de outra fundamental clivagem interburguesa, ao separar os interesses econômicos e as metas políticas de curto prazo da burguesia urbana (inclusive de suas frações oligopólicas) e da burguesia pampeana. Isso compôs um mapa de mutáveis alianças, que se acha na origem de “ciclos” econômicos e políticos que têm chamado a atenção de estudiosos da Argentina.<sup>32</sup>

Convém que examinemos com algum detalhe as afirmações precedentes. Um aspecto fundamental — que já comentamos — é que a solução dos crônicos estrangulamentos do balanço de pagamentos argentino requer um importante aumento das exportações pampeanas. Todavia, enquanto, desde arredores de 1960, a demanda de importações aumentava velozmente, aquelas exportações o faziam em muito menor escala. Isso foi consequência, em parte, do aumento do consumo interno dos produtos exportáveis e, sobretudo, dos escassos investimentos na produção e avanços na produtividade da região pampeana.<sup>33</sup> A que se deveu isso? Nem o espaço disponível nem meus conhecimentos permitem tentar uma resposta satisfatória; porém, o que parece evidente é que, dados os parâmetros capitalistas do contexto, uma condição necessária (mas não suficiente) consiste em assegurar à burguesia pampeana preços “satisfatórios”. A resposta ao que é “satisfatório” certamente é complexa, porém inclui pelo menos duas condições, também necessárias: uma delas é que esses preços permitam uma acumulação que torne possível investimentos que vão aumentando a densidade de capital da região pampeana e, com isso, sua produtividade por unidade de exploração e de trabalho. O segundo componente — menos óbvio, porém mais importante — é que esses preços sejam estáveis e sejam percebidos como tais ao nível microeconômico. Não conheço estudos que o determinem com exatidão, porém nada faz supor que, ao longo do período que estamos começando a analisar (1956-1976), a rentabilidade da burguesia pampeana tenha sido inferior à da burguesia urbana, inclusive da de suas frações oligopólicas. Porém, o que o gráfico 1 mostra com toda clareza é a enorme instabilidade dos principais preços pampeanos (cereais e carnes), medidos em relação aos preços urbanos por atacado.

No capitalismo argentino um forte aumento da produção (e das exportações) pampeana não pode produzir-se sem converter suas estâncias num *agribusiness* muito mais intensivo em capital

e tecnologia. Se se deixam de lado as conhecidas “explicações” fundadas numa suposta “irracionalidade” econômica dessa burguesia — que não são mais que o véu da ignorância do autor —, parece claro que a resposta deve achar-se ao nível dos parâmetros que regem suas decisões microeconômicas. Por sua vez, estes parâmetros não resultam de alguma necessidade econômica mas sim das lutas com que se teceram as alianças políticas e os vaivéns de um Estado, que se sustentam, por sua vez, das possibilidades de uma estrutura de classes originada nos fatores que resumimos nas anteriores seções deste trabalho. É isto o que devemos analisar.

A conversão da estância pampeana num *agribusiness* intensivo em capital e tecnologia<sup>34</sup> implica decisões de investimento referidas a um horizonte de tempo bastante prolongado. A instabilidade dos preços relativos pampeanos, a memória dessa instabilidade e, sobretudo, a acertada predição da futura continuidade da instabilidade desses preços,<sup>35</sup> impediram a tomada dessas decisões. O que por sua vez determinou que a burguesia pampeana, que fora inicialmente a vanguarda dinâmica e altamente produtiva (em termos relativos internacionais durante o período anterior a 1930), tenha ficado cada vez mais longe de sê-lo à medida que nos aproximávamos da época atual. E isto fundamentalmente porque, dada a mencionada situação de preços relativos, foi microeconomicamente racional manter a modalidade “extensiva” de exploração dessa terra.<sup>36</sup>

O aumento dos preços relativos internos da produção pampeana leva consigo — dado o escasso peso econômico das regiões “marginais” — uma perda líquida quase equivalente para o conjunto do setor urbano. A redistribuição de renda e o efeito sobre o nível de atividade que — *coeteris paribus*<sup>37</sup> — ele implica aumenta no curto prazo os excedentes exportáveis (por via de seu efeito imediato sobre o consumo interno de produtos exportáveis), e podia ser o preço a pagar para um aumento no médio prazo da produção pampeana (ao satisfazer a condição necessária de apropriação de preços “satisfatórios” e, sobretudo, estáveis pela burguesia pampeana). Este preço não seria demasiado oneroso para as frações oligopólicas da burguesia urbana. Estas têm interesse objetivo em que se eleve o teto do balanço de pagamentos, porque, como já mencionei, têm um alto coeficiente de importação e, porque, ademais, este coeficiente tende a aumentar sua elasticidade com o aumento das respectivas produções.<sup>38</sup> Por outro lado, as recessões e redistribuições de renda que costumam acompanhar o aumento interno do preço dos alimentos castigam menos estas frações oligopólicas do que as mais débeis. Com efeito, as primeiras têm recursos econômicos e acesso preferencial ao crédito interno e internacional<sup>39</sup> que lhes permitem suportar a

recessão e, de fato, ampliar em seu benefício a concentração e centralização do capital.<sup>40</sup> Ademais, e ainda que essa seja uma generalização que numa análise mais refinada requereria algumas especificações, as frações oligopólicas da burguesia urbana dirigem uma parte maior de sua produção e oferta de serviços aos estratos de consumo relativamente altos, cujo nível de renda é muito menos afetado, absoluta e percentualmente, pela alta do preço dos alimentos. Isso dá base objetiva para uma aliança de longo prazo entre a grande burguesia urbana e a burguesia pampeana, que poderia empreender a “modernização” do capitalismo argentino pela via simultânea do aumento da concentração do capital no setor urbano e da conversão da última em direção ao *agribusiness*. Entretanto, pelo menos até 1976, essa aliança somente se forjou por lapsos curtos, para se dissolver rapidamente em situações que colocaram estas duas frações “superiores” da burguesia argentina em campos politicamente diferentes. Por que esse afastamento do que indicaria a “lógica econômica” deste capitalismo? Fundamentalmente porque essa aliança foi enfrentada, uma e outra vez, por outra que — constituída basicamente pelo setor popular e pelas frações débeis da burguesia urbana —, apesar de sua subordinação econômica, pôde impor politicamente condições suficientes para que aquela aliança não pudesse sustentar-se além do curto prazo. No contexto latino-americano esta foi uma das originalidades da Argentina (e com características próprias do Uruguai), a qual só pode ser entendida a partir da perspectiva histórica que resumimos nas seções anteriores; porém ainda nos falta introduzir novos elementos para complementar nossa tentativa de explicação.

Este é o momento de começarmos a nos referir aos processos a partir dos quais se foram colocando esses dilemas e conflitos. Os períodos de baixos preços internos dos alimentos e de taxa de câmbio estável foram, não casualmente, os de maior taxa de crescimento do produto nacional, de distribuição mais igualitária da renda e — até se aproximar do final do ciclo — de menor taxa de crescimento da inflação.<sup>41</sup> Porém, também conduziram a uma crise de balanço de pagamentos que, à medida que se avizinhava, gerava a implantação de uma série de “controles” (sobretudo de preços internos e cambiais) que, entretanto, não logrou impedi-la. Desencadeada essa crise, tratou-se-a com uma abrupta desvalorização que (com a exceção que mencionaremos) implicou um correlativo aumento de preço interno dos produtos exportáveis. Essas desvalorizações foram parte de “programas de estabilização”, geralmente apoiados pelo Fundo Monetário Internacional, que aprofundaram os efeitos recessivos e redistributivos da desvalorização mediante outras medidas (forte iliquidez, redução do déficit fiscal, congelamento dos salários e aumento da taxa real

de juros) tendentes, por um lado, a consolidar a transferência de renda ao setor exportador e, por outro, a ajustar o nível interno de atividade econômica à exígua situação do balanço de pagamentos. Os impactos não só foram recessivos e redistributivos mas também inflacionários (a *estagflação* não é nenhuma novidade na Argentina), sobretudo com a alta do preço interno dos alimentos, provocada pelo aumento do seu valor de exportação, da alta dos bens importados e do aumento da taxa real de juros — em momentos nos quais se tratava de manter congelados, ou sistematicamente retardados, os salários, e nos quais a recessão aumentava fortemente a desocupação. No curto prazo (e como veremos, nestes processos nunca houve mais que o curto prazo), a transferência de recursos para o setor exportador não induziu a um aumento da produção pampeana,<sup>42</sup> porém os “programas de estabilização”, apesar de produzirem os efeitos exatamente inversos em relação à inflação, tiveram êxito ao aliviar a crise do balanço de pagamentos. Claro que este êxito ocorreu por uma via muito diferente da que se anunciava nos discursos oficiais, nas sisudas “recomendações” do Fundo e nas exultantes declarações das organizações da burguesia pampeana: isto é, não por um aumento de produção exportável, mas como conseqüência da recessão, que diminuía a demanda de importação ao mesmo tempo que aumentava os excedentes (sobretudo de alimentos) exportáveis. Porém, tudo isso gerava resistências entre os muito castigados por essas políticas, no momento em que o resultante desafogo do balanço de pagamentos gerava pressões para que se adotassem políticas de reativação econômica. Conseqüentemente, o aumento da liquidez, o relaxamento dos controles sobre o déficit fiscal, a disponibilidade de divisas para importação, o crescimento da ocupação e os aumentos salariais terminavam a fase descendente do ciclo e inauguravam uma fase ascendente. Porém, esta se precipitava para uma nova crise de balanço de pagamentos,<sup>43</sup> a partir da qual outra desvalorização e o conseqüente “programa de estabilização” inauguravam outra fase descendente...<sup>44</sup>

Não era economicamente inexorável que ocorressem esses ciclos e — menos ainda — que se repetissem. Por que ocorreram então? A resposta a essa pergunta será encontrada no próprio centro do tema das alianças políticas e dos vaivéns do Estado argentino.

## **Pêndulos**

Começemos por uma observação. Em cada uma das fases do ciclo, a grande burguesia urbana, baseada precisamente nas condições que a convertem em fração dominante, jogou como

ganhadora. Já assinalei que — pelo menos — não a prejudicam a desvalorização e os “programas de estabilização”, ao mesmo tempo que, como apêndice direto ou intimamente vinculado ao capital internacional, essa fração é a que melhor avalia os custos e mais teme a possibilidade de uma interrupção internacional de pagamentos.<sup>45</sup> Ademais, essa fração é a mais diretamente interessada em que se alivie a crise do balanço de pagamentos,<sup>46</sup> momento em que a livre transferibilidade internacional de capitais (que esse alívio permite e que os programas de estabilização ortodoxamente antecipam) aumenta ainda mais suas vantagens de acesso a um crédito internamente nunca tão escasso e reabre os canais “normais” de transferência da acumulação para o centro do sistema do qual — como fração que é internamente dominante porque é mais internacionalizada<sup>47</sup> — é mais intrinsecamente parte que qualquer outra. No período final da fase ascendente do ciclo, estes fatores convertem essa grande burguesia em aliada da burguesia pampeana (e do conjunto do setor exportador) em seus reclamos pelas medidas que originam a fase descendente.<sup>48</sup>

Conseqüentemente, ante o desencadeamento da crise do balanço de pagamentos, a grande burguesia oscilava em direção aos interesses objetivos da burguesia pampeana, propiciando e apoiando os “programas de estabilização” que transferiam uma grande massa de renda (fundamentalmente do *resto* do setor urbano) para a burguesia pampeana e — obviamente — para as frações comerciais e financeiras ligadas à exportação de seus produtos.

Porém, por outro lado, os já comentados efeitos redistributivos e recessivos dessas medidas geravam a reação das frações débeis da burguesia urbana e do conjunto do setor popular,<sup>49</sup> no momento em que o alívio na posição de divisas tornava factíveis as medidas de reativação econômica reclamadas por estes. Diante disso, a grande burguesia urbana fez, vez por outra, o que toda a burguesia faz sem a tutela de um Estado que a induza a outros comportamentos: atende seus interesses econômicos de curto prazo, monta-se na crista da onda da reativação econômica — de que, cabe supor, sua posição lhe permita beneficiar-se privilegiadamente<sup>50</sup> — e “deixa correr” as políticas somando-se ao conjunto do setor e abandonando a burguesia pampeana num solitário lamento pela rápida deterioração de seus preços relativos;<sup>51</sup> de tudo isso resultaram as grandes flutuações de preços relativos observáveis no gráfico 1.

Acabamos de descrever um fenômeno recorrente — a pendulação da grande burguesia —, mas não tentamos explicá-lo. Podemos, porém, desde já acrescentar que esses deslocamentos, além das conseqüências econômicas que acabamos de anotar, tiveram uma conseqüência política de maior importância: quebraram, vez por outra, a coesão interburguesa necessária para a

estabilização de sua dominação política. Mais precisamente, fraturaram essa coesão entre as duas frações “superiores” desta burguesia (a oligopólica urbana e a pampeana), dotadas de importantes bases de acumulação próprias e potencialmente capazes de “modernizar” o capitalismo argentino. Outro aspecto, não menos importante e do qual logo nos ocuparemos, é que essas oscilações não somente abriam “espaço” político para, mas também eram em boa medida consequência de uma aliança alternativa — burguesa, popular e operária.

Insistamos antes sobre um ponto central. A aliança das frações “superiores” da burguesia somente poderia ter dado frutos no caso de haver perdurado pelo tempo suficiente para que houvesse avanços significativos na produtividade pampeana e, de passagem, para que houvesse avançado ainda mais a concentração do capital urbano em benefício da grande burguesia. Esse requisito de duração é o que foi violado pelas flutuações de preços relativos. Se bem que isso assinale a condição necessária de estabilidade dos preços pampeanos, não prejudica acerca do nível de preços a partir do qual se poderia ter induzido a transformação da burguesia pampeana em direção a um *agribusiness*. Na medida em que a ênfase recaiu fortemente sobre a melhora desse nível, geraram-se os conflitos e oscilações que estamos analisando. Por outro lado, tal transformação poderia haver ocorrido com preços pampeanos relativamente deprimidos, como consequências de políticas que, ainda que sempre inscritas num marco capitalista, a houvessem forçado mais estruturalmente. Esse foi o sentido de numerosos projetos de taxar diferencialmente a terra pampeana em função da produção potencial, confrontada com a real, de cada exploração. Esse caminho, por definição conflitivo com a burguesia pampeana em sua atual constituição, não o é em relação ao conjunto do setor urbano (porquanto não pressupõe uma queda de seus preços relativos) e em médio prazo poderia ter obtido o aumento das exportações pampeanas. Entretanto, as tentativas de implementar diversas variantes de “imposto sobre a renda potencial da terra” fracassaram repentinamente. Isso deve ser contrastado com o ocorrido na época recente em boa parte dos restantes países latino-americanos, onde o Estado — impulsionado por e engrenado com a grande burguesia — tem podido impor a “modernização” das regiões e das classes dominantes.<sup>52</sup> Porém, essas classes dominantes eram fundamentalmente classes regionais<sup>53</sup> e, ainda que caísse temporariamente sua produção, cada uma delas não tinha a enorme incidência sobre o total das exportações que tem a burguesia pampeana. Por isso outros Estados latino-americanos puderam subordinar essas classes e os Estados regionais que elas controlavam diretamente, sem com isso bloquear os principais circuitos de acumulação de suas eco-

nomias nem agravar demasiadamente os problemas do balanço de pagamentos. O caso da burguesia pampeana foi diferente. Já assinalei, em primeiro lugar, sua prematura condição de classe propriamente nacional, inclusive no que diz respeito à sua direta vinculação — que o constituiu como tal — com o Estado nacional; isto significou que as lutas interburguesas não tivessem seu âmbito principal entre um Estado nacional e Estados regionais que perdiam rapidamente seu peso relativo frente ao primeiro, mas sim no interior mesmo de um Estado nacional que se fraturava continuamente por imposição dessas lutas. Por outro lado, a decisiva importância da produção pampeana para o conjunto da economia e das exportações — um aspecto do escasso peso de outras regiões na Argentina — determinou que seu “desalento”<sup>54</sup> ante a queda dos seus preços e as tentativas de “reestruturá-la” por mecanismos impositivos repercutissem de imediato sobre o balanço de pagamentos — ao mesmo tempo que, como consequência de outra especificidade argentina, o paralelo aumento do consumo interno dos produtos exportáveis diminuísse ainda mais as exportações potencialmente disponíveis no curto prazo, antes de que por qual-quer via houvesse a produção pampeana. Com isso iniciava a crise de balanço de pagamentos, cujo alívio por meio das desvalorizações implicava não só reverter os preços relativos, mas também expulsar da aliança governante os setores que haviam impulsionado a reativação do ciclo. Isso implicava que a partir desse momento — enquanto durassem os “programas de estabilização” — pesavam fortemente no interior do Estado os interesses imediatos da burguesia pampeana. E essa, é claro, aventava toda possibilidade de “reestruturá-la”, centrava a questão em torno do aumento de seus preços e com isto semeava as condições que levariam pouco depois a uma reversão do ciclo... Em outras palavras, ainda que há bastante tempo tenha perdido sua condição de vanguarda dinâmica do capitalismo argentino, a burguesia pampeana conservou um grau comparativamente inusitado de centralidade econômica e política. Esse grau foi suficiente — na defensiva — para bloquear todo intento de “reestruturá-la” e — ofensivamente — para se montar na crise do balanço de pagamentos e obter periodicamente substanciais transferências de renda em seu benefício. Entretanto, e como consequência de tudo isso, os canais de acumulação de capital na Argentina entravam em recorrentes curto-circuitos, e o Estado dançava ao compasso desses vaivéns da sociedade civil.

Isso teve muito a ver com algumas das características do período burocrático-autoritário argentino iniciado em 1966, com a política econômica entre março de 1967 e maio de 1969, durante a gestão de Adalberto Krieger Vasena como ministro da Economia, que levou a cabo, com toda a transparência, a política da grande

burguesia. E entre outras coisas, isso implicou que pela primeira vez uma grande desvalorização deixasse de beneficiar o setor pampeano-exportador. Pelo contrário, a desvalorização de março de 1967 (equivalente a 40% do valor do peso) foi apropriada integralmente pelo Estado, por meio de retenções estabelecidas por uma percentagem equivalente sobre o valor das exportações de produtos pampeanos e utilizada em um substancial aumento dos investimentos estatais em infra-estrutura física. Essa retenção, ao manter fixo o preço em pesos da produção pampeana, permitiu deprimir os preços internos dos alimentos, como se pode observar nos dados correspondentes do gráfico 1. Também tornou possível não só uma rápida redução da inflação, mas também — em contraste com os outros casos de autoritarismo-burocrático — que somente se produzisse uma moderada queda dos salários industriais. (Cf. adiante os gráficos 2 e 3).

Porém, nem sequer então esta situação pôde se manter e, como se pode ver no gráfico 1, a partir de 1970 os preços pampeanos (em especial os da carne) deram saltos até alcançar em 1971-1972 um nível muito alto. Essa foi a única tentativa clara e continuada da grande burguesia de “reestruturar” a burguesia pampeana<sup>55</sup> subordinando-a à sua própria acumulação. Porém, o resultado foi que esta última quebrou a partir de dentro a coesão do Estado burocrático-autoritário e contribuiu para um colapso político e econômico impulsionado “a partir de fora” por outros atores sociais.<sup>56</sup> Se isso marcou os limites de uma imposição unilateral de supremacia da grande burguesia sobre a burguesia pampeana, a história das anteriores desvalorizações — com a transferência de seu resultado à segunda e ao setor exportador ligado a ela — por sua parte havia assinalado, ao se impelir pouco depois o pêndulo da grande burguesia para o pólo urbano, que já era impossível voltar aos “velhos tempos” de supremacia da burguesia pampeana.<sup>57</sup> A “solução” só pareceria ter radicado numa aliança entre essas duas frações, muito mais igualitária que a da grande burguesia com as classes agrárias regionais dos outros países latino-americanos, e sustentada por mais tempo que o permitido pela capacidade de resistência do resto da sociedade civil, pelo menos até 1976.

## **A aliança defensiva**

Se a centralidade econômica e política da burguesia pampeana marca uma importante diferença com relação aos outros casos latino-americanos e suas classes dominantes agrárias, outra não menos importante surge do maior grau de impotência política em que se acharam nestes outros casos as frações mais

débeis (e nitidamente nacionais) da burguesia urbana ante os avanços da grande burguesia. A expansão da estrutura dominante, oligopólica e internacionalizada dessas economias não se tem realizado sem castigar diversas frações do capital nacional e aumentar sua debilidade em face do capital internacional e do Estado. Isso produziu queixas e gemidos, porém até agora não se traduziu numa ação política que desafiasse seriamente esse padrão de “desenvolvimento”. Não ocorreu assim na Argentina. A razão da comparativamente maior capacidade política da burguesia local na Argentina não se acha tanto nela mesma como nas características do setor popular e — um aspecto do mesmo — no maior grau de homogeneidade nacional do caso argentino em relação aos demais países latino-americanos. Um setor popular urbano mais débil, menos organizado e menos autônomo, em virtude de um grande peso das regiões marginais e das numerosas repercussões de uma distribuição geral dos recursos significativamente mais desigual (entre essas zonas e o centro, e interna ao centro mesmo, como já tenho assinalado), despoja as frações débeis da burguesia latino-americana do importantíssimo aliado que tiveram na Argentina.

Este é um ponto crucial. Porque não se trata somente de que tenha havido na Argentina um setor popular dotado de maior autonomia e capacidade organizativa que os de boa parte do resto da América Latina.<sup>58</sup> Ocorre também que o mecanismo pelo qual se poderia forjar a aliança a médio e longo prazos das frações superiores da burguesia (dado que a centralidade da burguesia pampeana impediu, por outro lado, que a grande burguesia a subordinasse unilateralmente) passa pelo aumento e estabilização do preço relativo dos principais alimentos internos. Esse aumento deu ao setor popular um alvo preciso para sua ação política, que obstruiu o conduto que poderia haver conectado os circuitos de acumulação daquelas duas frações. Mas, se bem que essas sejam condições necessárias, não são ainda suficientes. Para dar conta da especificidade que nos ocupa, é preciso ver também como essa ação do setor popular se concatenou com os objetivos e a ação política das frações débeis da burguesia urbana.

Essas frações costumam ser duramente castigadas pelas recessões subseqüentes às desvalorizações e aos “programas de estabilização”. Dado um alívio do balanço de pagamentos, seu interesse imediato consiste num novo impulso de reativação econômica, a qual resulta de políticas que aumentam a ocupação, a liquidez, a disponibilidade de créditos e, em geral, voltam a fazer o conjunto das atividades do Estado cumprir um papel expansivo. Esse efeito também resulta muito diretamente dos aumentos salariais; não é surpreendente que essa burguesia trabalho-intensiva apóie esses aumentos se se consideram os custos ainda

maiores que lhe implica a recessão e, ademais, a queda dos preços dos alimentos durante a fase de reativação contribui para baratear a força de trabalho. A anuência com os sindicatos na reivindicação de aumentos salariais é, além disso, a concreta prenda que essa burguesia entrega ao setor popular para forjar a aliança.<sup>59</sup> Essa burguesia — mais ou menos débil e mais ou menos castigada pela expansão do capital oligopólico e internacionalizado — existe nos outros países latino-americanos, porém só na Argentina encontrou um aliado popular dotado de capacidade própria de ação e de interesses imediatos altamente compatíveis com os daquela.<sup>60</sup>

Os principais sustentáculos organizacionais dessa aliança foram a *CGE*, a *CGT* e a direção nacional dos principais sindicatos. Sua primeira, principal e talvez última expressão foi o peronismo. Não foi a única, já que — sobretudo nos períodos em que o peronismo foi proscrito — canalizou-se em outros partidos e, no interior do aparato do Estado, em diversas correntes de militares e civis “nacionalistas”. E sua bandeira foi a defesa do mercado interno, no duplo sentido de impulsionar seu nível de atividade e de fixar os limites da expansão do capital internacional.

As características desse setor popular e dessa burguesia local não podem ser entendidas tomando-se uma e outra isoladamente. Foi sua conjugação no efeito multiplicativo de uma aliança o que permitiu impor, certas vezes, a satisfação de demandas imediatas — em direção às quais também oscilava a grande burguesia. Podemos analisar agora as características principais dessa aliança.

1. A aliança foi esporádica porém recorrente. Só apareceu com nitidez e com alto grau de coordenação tática nas fases descendentes do ciclo, quando a reivindicação de aumentos salariais e de diversas medidas para aliviar a “asfixia do pequeno e médio empresário nacional”<sup>61</sup> concorria para a reativação do mercado interno à custa do setor agropecuário-exportador. Quando o ciclo se reativava, a aliança se diluía, em parte por causa das tentativas dessa fração e dos sindicatos de negociar — individual e corporativamente — vantagens específicas com o Estado e com a grande burguesia, em parte porque aquela coincidência imediata de interesses abria caminho aos efeitos de clivagens mais “normais” entre essas classes.
2. A aliança foi defensiva. Surgiu contra as ofensivas das frações superiores da burguesia, postulando uma via “nacionalista” e “socialmente justa” de desenvolvimento que implicava passar por cima daquilo que era incapaz de problematizar como meta de sua ação: a condição já profundamente oligopólica e internacionalizada do capitalismo do qual eram os componentes mais débeis. Foi defensiva porque o triunfo dessa aliança se

esgotava em si mesmo sem chegar a um modelo alternativo de acumulação; tudo o que obtinha era tirar o ciclo de sua fase descendente e lançá-lo em sua fase ascendente, em condições que provocavam iniludivelmente uma reiteração do mesmo.

3. Porém, ainda que defensiva e condenada a que suas vitórias fossem o cumprimento e não a saída do ciclo, essa aliança foi sumamente vitoriosa. Sua história é a de repetidas vitórias de anulação dos “programas de estabilização”, de limitação da expansão interna do capital internacional, de lançamento de novas fases de reativação econômica e de novos “desalentos” da burguesia pampeana ante a queda de seus preços. Dificilmente pode, então, causar estranheza o fato de que as séries de salários mostrem um comportamento não menos errático que as séries dos preços pampeanos; seus picos são o resultado de lutas que caracterizaram aquelas vitórias — que, entretanto, como se pode ver no gráfico 2, não tardaram em se precipitar nas fortes quedas que mostra esta série.

Como se depreende do que já dissemos, os períodos de alta dos salários foram também os de maior taxa de crescimento do produto nacional e, em geral, de maior taxa de rentabilidade do conjunto da burguesia industrial — ainda que ela, também sujeita ao processo que determinou as flutuações já observadas, tenha experimentado fortes vaivéns.<sup>62</sup> Num plano mais agregado, a conseqüência desses processos pode ser avaliada num fenômeno que descobre assim sua natureza tão intrinsecamente política como econômica: a inflação que se pode ver no gráfico 3 é ainda mais notável por suas flutuações — espelho das que analisamos em outros planos — que por seu alto nível tendencial.

Num sentido mais profundo, a aliança defensiva foi vitoriosa porque impediu que se prolongasse a fusão entre as duas frações superiores da burguesia. A grande burguesia, quando chegou o momento de contrabalançar seus importantes ganhos imediatos numa nova reativação da economia, contra o abismo político que teria implicado continuar acompanhando a burguesia pampeana e o setor exportador quando o resto da sociedade civil se havia unido contra ela, optou sempre por “deixar correrem” as políticas que iniciavam uma nova fase ascendente. Algumas vezes, a aliança defensiva quebrou “a partir de baixo”, politicamente, a coesão das classes dominantes e, economicamente — a única aliança ofensiva que nesse capitalismo poderia, antes de considerar o problema do Estado — implantar um sistema de acumulação que implicasse a saída de seus ciclos.

4. A aliança foi policlassista no sentido específico de que incluía o setor popular (com um forte peso operário) em um fundamental componente burguês. Seus repetidos êxitos estiveram baseados

nessa conjunção. Porém, por outro lado, ela determinou que sua orientação fosse nacionalista<sup>63</sup> e, sobretudo, capitalista — com o que se condenava a não ter outra possibilidade real além de continuar alimentando os ciclos. Seu caráter policlassista, tecido em torno de uma coincidência tática para o alcance de metas tão precisas como as já comentadas, teve conseqüências fundamentais. Entre elas, deu base popular às demandas da burguesia débil, a qual, com seus pedidos de aumentos salariais e seus públicos acordos com os sindicatos, apareceu como uma fração “progressista” que, em contraste com as orientações “eficientistas” da grande burguesia e com o arcaísmo da “oligarquia fundiária”, parecia encarnar a possibilidade de um “desenvolvimento socialmente justo”. Quanto ao setor popular (especialmente os sindicatos e a classe operária), essa condição policlassista da aliança lhe deu acesso a recursos e meios de difusão com os quais de outra forma dificilmente teria contado. E, sobretudo, o componente de respeitabilidade burguesa que a aliança implicava tornou mais difícil a dura repressão que se aplicou a outros setores populares quando atuaram isolados e/ou em função de outras metas. Por isso assinalei acima que o impacto dessa aliança resultou do efeito multiplicativo da convergência de atores sociais que têm uma base própria de recursos (resultado sobretudo de uma origem histórica que, como vemos, continuou repercutindo) e puderam coincidir em metas de curto prazo muito concretas e operacionais (resultado sobretudo das particularidades das exportações e do setor agropecuário argentino). Em outros países latino-americanos, a ausência dessas condições conjuntas implicou que a burguesia local carecesse de sustentáculos populares e que o setor popular (mais débil, ademais, pelo maior grau de heterogeneidade intranacional) não fosse politicamente protegido por um ativo aliado burguês. Isso por sua vez permitiu que naqueles casos a grande burguesia avançasse arrasadoramente, encontrando, claro está, protestos e conflitos, mas não os limites e as oscilações que esta lhe impôs na Argentina.

5. A aliança defensiva ficou confinada dentro de parâmetros capitalistas como resultado de seu caráter intrinsecamente policlassista. Isso ajuda a entender por que o principal canal político dessa aliança, o peronismo, tampouco transpôs os limites capitalistas e nacionalistas daquela. Porém esse confinamento também resultou da experiência reiterada da vitória e das subseqüentes derrotas. A ativação política do setor popular atrás das metas da aliança defensiva, a proteção que lhe proporcionava seu competente burguês e as mudanças de políticas estatais que logrou implicaram, de um lado, uma aprendizagem realimentante dessa ativação e, por outro, a

solidificação das bases organizacionais — sobretudo os sindicatos — a partir das quais se articulava. Vejamos isso um pouco mais de perto.

6. Quanto à aprendizagem, esta foi função da fresca memória de anteriores mobilizações que haviam conseguido reverter a situação salarial e o nível geral de atividade da economia. E essa memória teve repetidas ocasiões de atualizar-se toda vez que se produzia um novo giro descendente do ciclo. Essa memória era, também, a do baixo poder dissuasivo de uma repressão que não deixou de ser aplicada, mas que se quebrava no momento em que o Estado, indicando um deslocamento das alianças governantes, lançava as políticas de reativação. Tudo isso realimentava a capacidade e a disposição de ativação política do setor popular, mas também levava a uma não menos repetida experiência de derrota: os períodos de queda dos salários, de aumento da desocupação e de expulsão dos representantes da aliança defensiva da aliança governante. Porém — em contraste com o diáfano estímulo implicado pela alta de preços dos alimentos e pela queda do salário real —, aquele momento de reversão ocorria por causa de problemas (como a crise do balanço de pagamentos) e por mecanismos (como a desvalorização e a restrição da liquidez da economia), muito mais difíceis de captar na lógica de seu funcionamento, e por impactos. O benefício que derivava deles para a burguesia pampeana e para o setor exportador, assim como o ostensivo apoio inicial que prestava a grande burguesia para essa reversão do ciclo para sua fase descendente, fomentava a hostilidade do conjunto do setor popular (incluindo nesta, cada vez mais, as suas camadas médias) contra aqueles —, e contra o que implicavam de internacionalizado e de *big business*. Ao mesmo tempo, e por razões que espero já estarem claras, a aliança não saía do marco de sua ideologia e metas capitalistas. Com isso, a explicação da necessidade de triunfar algumas vezes, antes de voltar a ser derrotada, tendia a uma visão mítica de conspirações de “grandes interesses” que teriam uma capacidade mágica de derrotar o “povo” e de frear o “desenvolvimento”. A tensão implícita em tudo isso tendia a se disparar, em uns, em direção a uma síndrome fascista e, em outros, a um questionamento dos próprios parâmetros da situação. Porém, contra essas tendências operou uma grande força centrípeta: o véu que cobria as reais articulações do problema era que — como a *CGT*, a *CGE* e o peronismo não se cansaram de repetir — desde 1955 se havia impedido que, entre eles, realizassem a versão de desenvolvimento capitalista que, “posta do lado do povo” e partilhando um amplo controle do Estado, parecia oferecer a burguesia local. A esperança da harmonização do “popular e

nacional” contra a “oligarquia fundiária” e os “monopólios internacionais”, que parecia evidenciar-se das coincidências a curto prazo da aliança defensiva, expressou-se na inusitada vigência histórica do peronismo e formou a grande onda que em 1973 o devolveu ao governo. Para que isso ocorresse foi necessário, ademais, que no período burocrático-autoritário recente a grande burguesia ignorasse os limites de sua própria supremacia e a pretendesse impor unilateralmente, inclusive sobre a burguesia pampeana. As grandes explosões sociais de 1969-1970 selaram a derrota dessa tentativa e forçaram, impulsionado por uma grande ativação popular, o retraimento político da grande burguesia que — pela primeira vez, ainda que por pouco tempo — deixou em 1973 de ser parte da aliança governante. Só então podia pôr-se à prova, realmente, a alternativa que os principais porta-vozes da aliança defensiva acreditavam implicar; até então esta promessa pendente fechava o círculo que, sem prejuízo de acentuar sua radicalização “nacionalista”, mantinha a aliança defensiva de seus limites capitalistas.

7. Mais que de ciclos já convém falar de espirais, porquanto — sobretudo politicamente — cada uma destas idas e voltas, com sua história de triunfos e derrotas sempre provisórias, foi agudizando os conflitos dos quais se alimentavam. Seus atores não foram classes, frações e organizações que conservavam, além dessas lutas, suas características “estruturais”. Do que falamos aqui é, a partir deste ângulo, da constituição política, organizativa e ideológica das classes e frações em jogo — elas se foram fazendo e transformando, durante e em meio a este padrão de alianças e oposições. Em particular, o setor popular e a classe operária encontraram nos sindicatos e, politicamente, no peronismo, modalidades de constituição organizativa, ideológica e política que correspondiam de perto aos vaivéns e aos limites da situação. A mobilização atrás das demandas da aliança defensiva, com suas metas precisas e seu marco político classista, obteve muitas vezes um triunfo espetacular. Isso permite entender a particular combinação de uma impressionante mobilização popular com um economicismo de demandas que inclusive se preocupou em ressaltar — em objetivo penhor da aliança com a burguesia local — seu repúdio a todo caminho que pudesse implicar um salto fora do capitalismo. Foi precisamente esse militante economicismo que, ao entrar em fusão com as frações débeis da burguesia, permitiu as reiteradas vitórias defensivas, ao mesmo tempo que se encerrava na promessa sempre pendente de um capitalismo “socialmente justo”.

Por outro lado, os momentos de vitória política e de reversão, em qualquer direção, do ciclo econômico eram aqueles em que os atores, nesse momento “ganhadores”, assaltavam o Estado, buscando fortalecer ali posições institucionais a partir das quais — como ensinava uma experiência da qual também tinham notória consciência — pudessem ser travadas as futuras lutas quando a situação virasse novamente. É óbvio que os sindicatos não foram exceção a isso; a história da aliança defensiva é também a da extração ao Estado de importantes vantagens institucionais por parte deles. Essas vantagens, por sua vez, reforçavam a possibilidade de voltar a mobilizar o setor popular. Elas também permitiam que os sindicatos abarcassem, algumas vezes, para um militante economicismo, para a aliança policlassista e para a esperança pendente da “outra” via capitalista que era anunciada — num plano político que se ligava intimamente com este<sup>64</sup> — pelo peronismo.

8. O que impelia a grande burguesia a abandonar a burguesia pampeana num solitário lamento pela queda dos seus preços eram essas fusões multiplicativas da aliança defensiva, que abriam, por um lado, o impulso para a reativação econômica e, por outro, o abismo político de uma mobilização “nacional e popular” que de alguma forma tinha de ser absorvida. Com isso, a grande burguesia não só otimizou em cada fase seus interesses econômicos de curto prazo, mas também conseguiu ser o único membro estável da aliança governante. Claro que ele o era, numa fase, em conjunção com a burguesia pampeana, e, na outra, encarapitava-se em cima das alianças defensivas. Não deixou de ser a fração dominante, porém as particulares razões que resumimos implicaram que sua dominação se deslocasse nesse movimento pendular.

Ao mesmo tempo e pelas mesmas razões, os canais de acumulação entravam em repetidos curtos-circuitos. Nessas condições, o capitalismo argentino tinha que girar, mordendo a própria cauda, em espirais cada vez mais violentas. Essas chaves permitem entender a Argentina como algo menos surrealista — ainda que possivelmente mais complicado — do que apareceu na superfície de sua “instabilidade política” e do seu errático “desenvolvimento”.

Como espero que esteja claro, em tudo isso estávamos falando tanto da constituição das classes como do Estado. É a partir dessa perspectiva — que parte da sociedade civil e volta a ela — que se deve colocar o problema teórico do Estado; inclusive, e claramente como em poucos, o do Estado argentino.

## Estado

Já me alonguei demasiadamente. Só posso agora acrescentar algumas reflexões indispensáveis. Como está implícito em tudo o que já foi dito, por “Estado” entendo não somente um conjunto de instituições (ou “aparatos”). Incluo também — e mais fundamentalmente — o intrincado de relações de dominação “política” (enquanto exercitado e respaldado por essas instituições numa sociedade territorialmente delimitada), que sustenta e contribui para reproduzir a desigual e contraditória “organização” de classes de uma sociedade. Acerca do Estado como aspecto específico da dominação na sociedade civil, já disse bastante, pela negativa, com relação ao caso argentino. As oscilações da grande burguesia e suas dificuldades para subordinar o conjunto da sociedade civil constituem indicação palpável de uma continuada crise de dominação política. Também o é sua contrapartida, as recorrentes e parcialmente vitoriosas fusões da aliança defensiva. Disso nasce uma democratização por efeito, que resultava das dificuldades para impor a “solução” autoritária que continuou sendo laboriosamente perseguida, porque nela parecia residir a possibilidade de tirar o capitalismo argentino de suas espirais e de “mostrar seu lugar” às classes subordinadas. Falei de “aliança governante”, termo com o qual aludo à aliança que impõe, pelo sistema institucional do Estado, políticas conformes com as orientações e demandas de seus componentes. Os pêndulos que estudamos foram o resultado imediato de políticas estatais que precipitaram suas faces ascendentes e descendentes. Por sua vez, essas mutáveis políticas responderam a uma extraordinária fluidez das alianças governamentais, que se transformavam ao compasso e como conseqüência das mudanças de relações de forças subjacentes ao lançamento de uma e outra fase. A grande burguesia foi o membro estável de todas as alianças governantes, porém cada fase estava marcada pela temporária saída de seis anteriores “sócios” e por seu engate num diferente (e escassamente congruente com o anterior) circuito de acumulação. Por isso as políticas estatais não só foram mutáveis; ademais, quase foram realmente implementadas, porque não tardavam em ser revertidas pela dinâmica de uma sociedade civil que marcava o ritmo que o Estado dançava.

Esse foi um Estado arrasado por mutáveis coalizões da sociedade civil. Em seu nível institucional, as oscilações foram como grandes marés que por um momento cobriam tudo e que, quando se retiravam, arrastavam consigo “pedaços” deste Estado — eles seriam bastiões úteis para armar a nova onda que não muito depois expulsaria os que acabavam de forçar a retirada. Disso resultou um aparato estatal extensamente colonizado pela so-

cidade civil. Nele não só se aferravam as frações superiores da burguesia, mas também suas classes subalternas — outra fundamental diferença com relação ao resto dos casos latino-americanos, que somente pode entender-se como consequência das diferenças que fomos assinalando nas páginas anteriores. As lutas da sociedade civil se interiorizavam no sistema institucional do Estado num grau que expressava não só o peso das frações superiores da burguesia, mas também as particulares circunstâncias que davam grande capacidade de resistência e de vitória parcial à aliança defensiva. Como consequência disso, o Estado colonizado foi também um Estado extraordinariamente fracionado, que reproduzia no interior de suas instituições, e entre elas, a democratização por defeito de uma sociedade civil que encontrava ali outras alavancas para continuar empurrando suas espirais.

Esse Estado não podia “tomar distância” em relação às demandas e aos interesses imediatos de cada aliança governante, pelo que somente pode reforçar os impulsos que nos ocuparam neste trabalho. Foi, por isso, um Estado débil. Como suporte do sistema geral de dominação, pelo seu contínuo (e crescente) afrouxamento implicado pelas mobilizações do setor popular e pelo “poder de negociação” dos sindicatos. Como sistema institucional, por sua colonização e fracionamento. Isso determinou que se bloqueasse uma saída possível dos ciclos: o deslocamento para um capitalismo de Estado. Para isso não houve — pelas razões que analisamos neste trabalho — o aparato burocrático medianamente estável e consolidado, e dotado de graus de liberdade não desprezíveis em face da sociedade civil, que teria sido o requisito para ele. Se, de novo pelas mesmas razões, essa condição necessária não podia estar dada *ex-ante* de cada mudança da aliança governante, tampouco podia emergir durante a precária conflituosidade em que esta devia se desenvolver. O grande obstáculo surgia de que, no período de fusão da grande burguesia com a burguesia pampeana, os “programas de estabilização” implicavam um período de ofensiva “antiestatista”. Essa não só apontava no sentido de cortar drasticamente o déficit fiscal, mas também no sentido de dismantelar os avanços que nessa direção se poderiam haver produzido na fase anterior, quando a aliança defensiva havia sido parte da aliança governante. Essas tentativas serviram para bloquear qualquer tendência para um capitalismo de Estado, ao desarticular as instituições que podiam impulsioná-los e ao desalojar os “técnicos” que podiam levá-lo a cabo, substituindo-os por outros que a partir do Estado se somavam a um feixe de declamações e decisões “antiestatista”. Juntamente com isso, as tendências para o capitalismo de Estado que a aliança defensiva implicava encontravam seu limite interno nas ambivalências (e, freqüentemente, na oposição) do aliado estável de

aliança governante — a grande burguesia. E, é claro, também tropeçavam no muro interposto pela extinção do impulso ascendente do ciclo e sua reversão para um novo período “antiestatista”. Não houve a mínima estabilidade na aliança governante que contivesse, pelo menos, alguns componentes consoantes com o capitalismo de Estado; viável ou não, esta possibilidade ficou bloqueada *ab initio* pela dinâmica dessa sociedade civil.<sup>65</sup>

Acatando a terminologia corrente, pode-se dizer, então, que, em seus dois planos, o Estado argentino do período que analisamos constituiu um caso de extremamente baixa autonomia relativa. Sua particularidade é que não só se moveu fundamentalmente ao compasso das frações superiores da burguesia, mas também expressou os fluxos das classes subalternas nas “rotações” de sua aliança com as frações mais débeis das classes dominantes. O limite dessa aliança (e, portanto, o dado que mostra que isto não deve ser confundido com o leito de Procusto de uma “igualdade” entre as forças) foi que, de um lado, ela deveria compartilhar a aliança governante e a grande burguesia e, de outro, — na medida em que suas próprias características a encaixotava no capitalismo — só poderia ser defensiva.

Poderia essa aliança chegar a ser governante por si só, com a exclusão da grande burguesia (e por hipótese, da pampeana)? Somente um grosseiro mecanismo poderia levar a crer que isso era impossível porque continha o mais débil e o menos capitalista do capitalismo argentino. De fato isso ocorreu em 1973, quando a aliança defensiva obteve uma tão extraordinária como pírrica vitória.

## **Epílogo provisório**

O experimento burocrático-autoritário iniciado em 1966 foi, por um lado, a grande tentativa de reconstruir mecanismos de acumulação que subordinassem o conjunto da sociedade à grande burguesia e, por outro lado, necessária e correlativamente, de implantar um sistema de dominação política que, dando uma volta de cento e oitenta graus, se impusesse conquistadoramente sobre a sociedade civil. Já mencionei o colapso dessa tentativa e como ela abriu caminho, pela primeira vez, para que a aliança defensiva conquistasse o sistema institucional do Estado sem compartilhá-lo com a grande burguesia. Essa história recente tampouco pode ser feita aqui. Porém é necessário assinalar que essa aliança só pode ignorar brevemente a supremacia econômica da grande burguesia e da burguesia pampeana; basta observar os dados já apresentados para ver como, depois de uma breve trégua em 1974, suas flutuações voltaram a se repetir muito mais violen-

tamente. Já antes da morte do General Perón, o conteúdo intrinsecamente defensivo dessa aliança — sua incapacidade de gerar uma alternativa de acumulação capitalista e de saltar fora do capitalismo — havia-se mostrado sem desculpas. A velha crise reproduziu-se com gravidade e a burguesia local teve de abandonar o barco sem poder evitar que suas organizações se afundassem com ele. Por outro lado, a exacerbação do “poder sindical” não pôde ir além de repetir, com um peso que a retirada da burguesia local tornou ainda maior, as práticas que o haviam constituído no que era: agressivo economicismo e busca de novas vantagens institucionais — porém agora a partir do coração mesmo do sistema institucional do Estado. Essa pesada herança das vitórias que o haviam levado até ali, por um lado, abriu ameaçadores hiatos para sua própria classe e, por outro, gerou reações que questionam frontalmente a nada desprezível autonomia que os sindicatos — e, por tabela, o setor popular — mantiveram ao longo desse complexo processo.

A morte de Perón, uma particular irracionalidade palaciana e uma violência que se realimentava velozmente, contribuiu para sacudir até os alicerces um capitalismo que acelerava as espirais de sua crise; o mesmo fizeram com um Estado que fracassava ostensivamente em garantir a reprodução desse capitalismo. Porém, àqueles fatores circunstanciais estava subjacente o fato mais importante de que, quando a aliança defensiva logrou, por fim, ser por si só a aliança governante, tropeçou em seus próprios limites; as mesmas razões que a haviam levado a esse extraordinário triunfo precipitaram uma imensa catástrofe. O que esses atores sociais puderam fazer em 1946 — empurrar para a frente o capitalismo argentino — já não podiam fazê-lo em 1973-1976, depois que foi “reestruturado” mediante a oligopolização e internacionalização de sua estrutura produtiva urbana. Junto com tudo isso, a grande promessa pendente da via “nacionalista” e “socialmente justa” de desenvolvimento capitalista foi, finalmente, submetida à prova. E, por sua vez, muitas das tensões centrífugas da aliança defensiva dispararam violentamente em suas opostas direções.

O grande triunfo da aliança defensiva conduziu, em síntese, ao paroxismo da crise política e econômica, ao refluxo da ideologia nacionalista e capitalista e à implantação de um novo Estado burocrático-autoritário, que começou por dissolver ou intervir nas principais organizações do setor popular e da burguesia local. Com isso, e pela primeira vez, os sustentáculos políticos, ideológicos e organizacionais da aliança defensiva foram postos entre parênteses. Isso tornou possível que atualmente as frações superiores da burguesia ensaiem uma acomodação a longo prazo sobre bases que pressupõem uma relação muito mais igualitária

entre elas que as de 1968-1969; o reverso da moeda, e seu requisito, é precisamente a dispersão da aliança defensiva. Isto não implica necessariamente que não se possa reforçar esta aliança nem que a Argentina já não retorne às espirais que estudamos. Porém, para que isso ocorra, a burguesia local teria que empreender um funesto caminho de Damasco até o setor popular, e não é seguro que então este continue enquadrado pelas coordenadas ideológicas e de expressão política que cimentaram a aliança defensiva antes de sua grande e catastrófica vitória.

O atual governo das forças armadas inaugurou-se anunciando o término do período iniciado na década de 50. Isso o disseram todos os governos, porém é a primeira vez que é possível que assim seja. Nesse caso a história não se terá detido, porém os conflitos que a tecem já não seriam os que analisamos aqui.

## Notas

1. Para uma caracterização já publicada deste tipo de Estado, cf. Guillermo O'Donnell, "Reflexiones sobre las tendencias generales de cambio del Estado burocrático-autoritário", Buenos Aires, Documento CEDES/G.E. CLACSO n°1, 1975. Um exercício prévio, que hoje me parece em diversos sentidos insuficiente, em Guillermo O'Donnell, *Modernización y Autoritarismo*, Buenos Aires, Editorial Paidós, 1972.
2. O conceito de "ameaça" se refere ao grau em que as classes e os atores dominantes internos e externos consideram que era iminente, e voluntariamente perseguida pelos líderes políticos do setor popular, a ruptura dos parâmetros capitalistas e das filiações internacionais de nossos países. Em "Reflexiones..." (op. cit) e no livro recentemente publicado, argumento que as diferenças de caso para caso, neste plano, não só são decisivas, obviamente, para os diversos graus de controle aplicados, mas também para as demoras e restrições que experimentam, para o forjamento de uma aliança que possa desafiar efetivamente o novo sistema de dominação, as classes e setores "castigados" por ele.
3. A partir de uma ideologia que considera *per se* preferível qualquer dominação sobre a "instabilidade política", isto só pode parecer conseqüência de uma patologia particularmente aguda, que tem impedido consolidar "sequer" um Estado autoritário. O inventário dos traços psicológicos "das massas e das elites" que conformariam essa patologia tem sido uma das ocupações favoritas de influentes correntes das ciências sociais (cf. entre muitos outros Jean Kirkpatrick, *Leader and Vanguard in Mass Society*, Cambridge (Mass.), The MIT Press, 1971) e dos apocalípticos lamentos da direita argentina. Tampouco tem contribuído muito certas visões dos problemas da dependência como um deus *ex-machina*, o qual basta invocar para lhe explicar tudo (sobre este ponto nada melhor do que ler as críticas de Fernando H. Cardoso em "Uses and abuses of dependency theory", trabalho apresentado no Congresso da Latin American Studies Association, New Orleans, 1976). Muito mais frutíferas têm sido as reflexões sobre o "empate" de forças políticas e sociais na Argentina, sobretudo aquelas que o têm ligado com a problemática gramsciana da crise de hegemonia (cf. Juan Portantiero, "Clases dominantes y crisis política en la Argentina", em Oscar Braun, (comp.) *El capitalismo argentino en crisis*, Buenos Aires,

Siglo XXI, 1973, p. 73-118). Todavía, além da descrição desse “empate” e do traçado de algumas de suas conseqüências, a pergunta que fica de pé — e para cuja resposta queríamos contribuir — é a que indaga o que gerou as relações de forças que produziram esse “empate”.

4. Defino como “burguesia doméstica” o conjunto de frações da burguesia urbana que controla empresas de propriedade total ou majoritariamente nacional. A definição exclui, portanto, as subsidiárias de empresas transnacionais radicadas localmente e a burguesia agrária (dentro da qual nos ocuparemos da burguesia pampeana). A burguesia doméstica deve, por sua vez, ser desagregada, já que inclui tanto as camadas mais débeis e plenamente nacionais da burguesia urbana, como as empresas oligopolistas e intimamente conectadas — por diversos mecanismos que não é necessário analisar aqui — com o capital internacional. Fazendo um corte analítico distinto, mais adiante falaremos de “grande burguesia” (urbana), referindo-nos ao conjunto formado pelas filiais de empresas transnacionais e por aquela “camada superior” da burguesia doméstica. “Abaixo” da grande burguesia fica então o que chamaremos de “burguesia local” ou simplesmente débil, formada por capitalistas que controlam empresas não-oligopolistas, de menor tamanho e (quase sempre) de menor densidade de capital que a grande burguesia, e que, além disso, não costumam ter conexões diretas com o capital internacional. Que as frações mais débeis da burguesia sejam também as mais autenticamente “nacionais” é uma das características centrais do “desenvolvimento associado” (cf. Fernando H. Cardoso, *Estado y sociedad en América Latina*, Buenos Aires, Nueva Visión, 1972) dos capitalismo mais “avançados” das América Latina. Mais adiante também nos referimos à Confederación General Económica (CGE), organização que no decorrer do período em análise invocou (ainda que com ambigüidades, na quais não poderemos nos deter aqui) a representação dos interesses da burguesia local. Para concluir estas enfadonhas, porém indispensáveis, previsões, cabe esclarecer que falamos de “setor popular” nos referindo à classe operária e às camadas empregadas e sindicalizadas dos setores médios e que a Confederación General del Trabajo (CGT) é a organização a nível nacional dos sindicatos e federações de sindicatos operários e de setores médios.
5. Ainda que ocorrido na Grécia um caso que, ao mesmo nível das explorações preliminares que realizei, tem algumas significativas coincidências com o que examinaremos aqui.
6. E do Uruguai, ao qual voltaremos a nos referir sucintamente. É necessário esclarecer que, nas referências comparativas que irei fazendo, não incluo o México. A razão é, simplesmente, que não creio conhecer suficientemente este caso para mencioná-lo aqui.
7. As principais fontes a partir das quais o leitor interessado poderia rastrear esses temas são Tulio Halperin Donghi, *História contemporânea de América Latina*, Madri, Alianza Editorial, 1972; Carlos Díaz - Alejandro, *Essays on the economic history of the Argentine Republic*, New Haven, Yale University Press, 1970; e a série de volumes sobre História Argentina publicada pela Editorial Paidós, Buenos Aires.
8. Quando falamos de incorporação ou vinculação “direta”, queremos nos referir ao papel que algumas regiões cumpriram com plena “parte” (exportadora) do sistema capitalista mundial. Obviamente isto não implica negar o papel que cumpriram como importadoras de produtos do centro, nem os impactos a que estiveram sujeitas — muitas vezes através das regiões diretamente incorporadas — as regiões que não se vincularam desta maneira ao mercado mundial.

9. Que corresponde de perto ao tipo do *ranch* delineado por Arturo Stinchcombe, "Agricultural enterprise and rural class relations" in *American Journal of Sociology*, 67 (2) setembro/1961.
10. Sobretudo a partir do grande livro de Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto, *Dependencia y desarrollo en América Latina*, México, DF, Siglo XXI, 1969; nele pode encontrar-se a caracterização dos tipos de economia exportadora que acabo de mencionar; uma importante contribuição recente sobre este tema é a de Albert Hirschman, que adapta elementos da *staple theory* a seu conceito de "vinculações" (*linkages*), ampliado para incluir relações não estritamente econômicas e a partir daí explorar as conseqüências intranacionais atribuíveis ao tipo de produto de exportação com o qual se produziu em diversos casos a incorporação ao mercado mundial; infelizmente esse autor não se ocupa de produtos pampeanos e uruguaios; ver Albert Hirschman, "A linkage approach to development", Princeton, Institute for Advanced Study, 1976 (mimeo).
11. Com exceção do Uruguai, um caso de ainda maior homogeneidade intranacional, quando se considera que praticamente todo seu território e sua população foram incorporados ao mercado mundial em condições similares à região dos pampas argentinos. Outra exceção, ainda que parcial e mais complicada, é o Chile, onde à alta homogeneidade de sua região central, de uma economia agrária em sua origem parcialmente orientada para a exportação de alimentos, juntaram-se até o último terço do século XIX (em contraste com a Argentina e o Uruguai) a recessão dessa economia agrária e os enclaves mineiros do norte (os quais, diferentemente dos outros casos de enclave, se inseriram num mercado e num Estado nacionais já formados em torno da zona agrária central). Por seu lado, a maior homogeneidade intranacional do Uruguai permitiu ali uma eclosão mais antecipada e mais plena do Estado "liberal" e "benefactor". Porém, isso mesmo provocou a eclosão, mais aguda e prematura que na Argentina, dos problemas que se ocultavam detrás das respectivas bonanças iniciais. Além do mais, a menor dimensão absoluta do mercado interno uruguaio foi decisiva para que a sua industrialização se interrompesse muito antes que nos países "grandes" da América Latina, o que, por sua vez, determinou que nas últimas décadas o peso relativo de sua classe operária fosse significativamente menor que na Argentina. Essas diferenças impõem que, apesar da similitude das modalidades originais da incorporação argentina e uruguaia ao mercado mundial, não possamos continuar aqui com estas referências comparativas.
12. Para dados e referências sobre a maior homogeneidade intranacional da Argentina com relação ao resto da América Latina (com a exceção já assinalada), cf. Guillermo O'Donnell, *Modernización...*, op. cit., cap. I. Para uma análise das diferenças na distribuição da renda e alguns de seus correlatos políticos na América Latina, Jorge Graciarena, "Estructura de poder y distribución del ingreso en América Latina", *Revista Latinoamericana de Ciencia Política*, 2 (2) agosto/1971.
13. A partir de então as modalidades cada vez mais capital-intensivas de produção de lã, cereais e carne no mercado mundial implicaram que a produtividade por unidade de exploração, no Uruguai e na Argentina, retrogradasse velozmente. Cf. Carlos Díaz - Alejandro, "Essays...", op. cit.
14. Lucio Geller, "El crecimiento industrial argentino hasta 1914 y la teoría del bien primário exportador" in Marcos Giménez Zapiola (comp.) *El régimen oligárquico - Materiales para el estudio de la realidad argentina* (hasta 1930), Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1975.

15. Depois das contribuições de Carlos Díaz - Alejandro, *Essays ...*, op. cit., este é um ponto pacífico na história econômica argentina. Certamente o que dissemos no texto admite a exceção parcial de São Paulo, baseado no impulso dinamizador da economia cafeeira, que não corresponde a nenhum dos tipos genéricos que utilizamos (ver Albert Hirschman, "A linkage ...", op. cit.). Porém, sua utilização originária do trabalho escravo, seu caráter mais acentuado de trabalho, intensivo comparativamente à economia pampeana e — o que mais interessa destacar em nosso argumento — sua inserção num contexto nacional, no qual pesavam agressivamente um abundante campesinato e o sistema escravista, contribuíram para que a capacidade de organização autônoma e o peso relativo — econômico e político, de sua classe trabalhadora fosse significativamente menor que a da Argentina. Não existem características *per se* de uma classe, mas sim determinações a partir das relações de estruturada desigualdade com outros sujeitos sociais nas quais se constituem mutuamente.
16. Isso se relaciona com a imigração espanhola e italiana que alimentou, entre outras, essa classe e com a orientação anarquista que prevaleceu nela até aproximadamente 1920. As fontes principais sobre o tema da imigração continuam sendo os trabalhos de Gino Germani, especialmente, *Política y sociedad en una época de transición*, Buenos Aires, Editorial Paidós, 1962.
17. Isto é, período que decorreu entre o primeiro grande impulso exógeno de incorporação da região pampeana ao mercado internacional e a crise mundial que modificou as bases de funcionamento desse sistema.
18. Cf. Atílio Barón, "El estudio de la movilización electoral en América Latina: movilización electoral en la Argentina y Chile", *Desarrollo Económico*, 12 (46) jul.set./1972 e tese de doutoramento na Harvard University (Cambridge, USA, 1976).
19. Sobretudo no que diz respeito à extensão da rede de transportes e depósitos necessária para o embarque da produção pampeana, cuja captura pelo capital internacional o Estado subsidiou generosamente. Se os escassos requerimentos de capital e tecnologia implicados pela rede posta diretamente em exploração na região pampeana permitiram o controle local da terra, os requerimentos muito maiores daquela rede (e, mais tarde, dos frigoríficos) determinaram que isso se combinasse com um alto e prematuro grau de interiorização do capital internacional sobre uma "parte" que na Argentina foi proporcional e absolutamente mais ampla que no resto do continente.
20. Suponho que não é demais esclarecer que não me ocupo aqui dos pormenores dos respectivos processos históricos. Em particular, o fato de que a nacionalização de Buenos Aires fosse imposta no seu momento por uma coalizão de províncias do interior e contra a oposição de boa parte dos interesses pampeanos não obstou que, pouco depois, com os grandes impulsos exógenos da demanda europeia de alimentos, ocorressem os processos aludidos no texto, nem que, ao compasso deles, a burguesia pampeana e o Estado nacional se constituíssem mutuamente como tais.
21. Inclusive num caso como o do Brasil, de industrialização também prematura e de grande peso do aparato burocrático do Estado herdado do período imperial, a subordinação das classes dominantes do Nordeste e a eliminação de barreiras interpostas pelos Estados regionais à efetiva vigência de um mercado nacional somente se completou muito depois de 1930. Cf. Francisco de Oliveira, *Elegia para uma re(le)gião. Nordeste: planejamento e conflito de classes*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

22. Por certo nisto não operaram apenas fatores econômicos. Parece que seu alto peso, condensado no Estado nacional, em relação às oligarquias de outras regiões, permitiu à burguesia pampeana “desalentar” por diversos mecanismos e emergência de outras economias dinâmicas de exportação.
23. É óbvio que se, em lugar de fazer estas comparações com outras situações latino-americanas, as fizéssemos com as da Austrália e da Nova Zelândia, ressaltariam muito mais outras dimensões que Argentina e Uruguai tiveram em comum com outros casos do continente; porém, para os propósitos deste trabalho, isso é desnecessário. Para algumas comparações nesta última direção, Lúcio Geller, “El crecimiento ...”, op. cit., e Héctor Dieguez, “Argentina y Australia: alguns aspectos de su desarrollo económico comparado”, *Desarrollo Económico*, 8(32), jan.-mar./1969.
24. Onde o mercado efetivo não é tanto função da população como daquela parte sujeita a relações capitalistas e dotada de uma renda monetária suficiente para ter acesso ao consumo desses bens; cf. Guillermo O’Donnell, *Modernización...*, op. cit., cap. I.
25. Como sempre, com a exceção do Uruguai e a parcial — e demasiado complicada para o marco deste trabalho — do Chile.
26. Em sentido amplo. Não creio ser necessário prolongar este trabalho com maiores refinamentos conceituais neste plano.
27. Para a fundamentação deste argumento, ver Gláucio A. Dillon Soares, *The web of exploitation: State and peasants in Latin America*, Gainesville, University of Florida, 1976.
28. Certamente a Argentina não foi exceção a isto; porém a expoliação das zonas não pampeanas significou relativamente muito menos para o centro que nos países de alta heterogeneidade intranacional.
29. Novamente, e como continuará a ocorrer, é impossível citar aqui toda a bibliografia pertinente. Os dados e as fontes principais podem encontrar-se em Pablo Gerchunoff e Juan Llach, “Capitalismo industrial, desarrollo asociado y distribución del ingreso entre los dos gobiernos peronistas, 1950-1972”, *Desarrollo Económico*, 15 (57), abr. 1975, e em Juan Sourrouille, “El impacto de las empresas transnacionales sobre el empleo y los ingresos: el caso de Argentina”, Gêneve, OIT, 1976.
30. Ver, sobretudo, Juan Ayza, Gerard Fichet y Norberto González, América Latina: *Integración económica y sustitución*, México, DF, CEPAL, Fondo de Cultura, 1976, e as fontes que, de uma perspectiva mais especificamente argentina, cito na nota 32.
31. Este foi um dos temas permanentes nas demandas e publicações da CGE, da CGT e dos principais sindicatos desde 1955. Para o período 1966-1973 uma análise mais circunstanciada poderá achar-se no meu livro de próxima publicação; cf. também Santiago Senén González, *El sindicalismo después de Perón*, Buenos Aires, Editorial Galerna, 1971.
32. O tema dos ciclos *stop-go* da economia argentina tem recebido importantes contribuições a partir de diversas perspectivas teóricas. Cf. sobretudo Carlos Díaz - Alejandro, *Essays ...*, op. cit., e *Devaluación de la tasa de cambio en un país semi-industrializado. La experiencia argentina, 1955-1961*, Buenos Aires, Editorial del Instituto, 1966; Marcelo Diamand, *Doctrinas económicas, desarrollo*

e independencia, Buenos Aires, Editorial Paidós, 1973; Mario Brodersohn, "Política económica de corto plazo, crecimiento e inflación en la Argentina, 1950-1972", in *Consejo Profesional de Ciencias Económicas. Problemas Económicos Argentinos. Diagnóstico y Política*, Buenos Aires, Ediciones Machi, 1974; Juan Sourrouille e Richard Mallon, *Economic policy-making in a conflict society: the case of Argentina*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1974; Aldo Ferrer *et al.*, *Los planes de estabilización en la Argentina*, Buenos Aires, Editorial Paidós, 1969 e Javier Villanueva, "Una interpretación de la inflación argentina", *Revista de Ciência Econômica*, abr.-set.1972. Ainda que, de um ângulo diferente, uma importante contribuição é a de Adolfo Canitrot, "La experiencia populista de redistribución de ingresos", *Desarrollo Económico*, 15 (59), out.-dez.1975. Para a tentativa de ligar esse tipo de análise com um nível mais especificamente político, Oscar Braun, "Desarrollo del capital monopolista en la Argentina" em Oscar Braun (comp.), *El capitalismo ...*, op. cit., p. 11-55, e Guillermo O'Donnell, *Modernización ...*, op. cit., cap. II. A partir de outro ângulo a já mencionada literatura sobre o "empate" político na Argentina é relevante para o tema. Entretanto não é muito o que se fez até agora para captar a formação e as mudanças das alianças que têm "posto em movimento" esses "ciclos", devido a que as análises têm tido um forte conteúdo o economista ou, correlativamente, se limitaram à descrição de mútuos bloqueios entre atores que parecem flutuar por cima de toda determinação estrutural.

33. Sobre esse tema a principal fonte é o importante livro de Carlos Díaz - Alejandro, *Essays ...*, op. cit., no qual se pode verificar o lento crescimento no *quantum* físico destas exportações e a espetacular perda de posição da produtividade pampeana com relação a seus principais competidores no mercado mundial. Ver também Richard Mallon e Juan Sourrouille, *Política económica ...*, op. cit.
34. Espero que esteja claro que estou falando ao nível da classe. Isto é, a mudança para um *agribusiness* seguramente deslocaria não poucos dos indivíduos que atualmente a compõem e aumentaria o grau de concentração da propriedade dessa terra, porém poderíamos seguir falando de uma (transformada) burguesia pampeana.
35. As demandas e declarações das organizações da burguesia pampeana dos últimos vinte anos, pelo menos, são um reiterado lamento pelas fases do ciclo nas quais não recebem preços remunerativos e pela instabilidade dos mesmos, sempre sujeitos a "demagógicas" políticas públicas.
36. Cf. os estudos microeconômicos citados nos trabalhos que menciono a seguir. A questão é entretanto mais complicada, tal como surge da polêmica sustentada nas páginas de *Desarrollo Económico* entre Guillermo Flichman ("Modelo de asignación de recursos en el sector agropecuario", 10 (39-40), out.-dez.1970, e "Nuevamente en torno al problema de la eficiencia en el uso de la tierra y la caracterización de los grandes terratenientes", 14 (54), jul.-set.1974), Oscar Braun ("Comentário al trabajo de Guillermo Flichman", 10 (39-40), out.-dez.1970 e "La renta absoluta y el uso ineficiente de la tierra en la Argentina", 14 (54), jul.-set.1974) e Juan Carlos Martínez *et al.* ("Nuevamente en torno al problema de asignación de recursos en el sector agropecuario pampeano", 16 (61), abr.-jun.1976). O ponto central para nossa análise é que a renda diferencial de que goza ainda a região pampeana e, em especial, as grandes flutuações do conjunto da economia e da elevada (e errática) taxa de inflação determina que a compra da terra pampeana seja excelente aplicação especulativa — e defensiva contra os efeitos da inflação — dos excedentes urbanos e agrários.

Isto concorre a reforçar a racionalidade microeconômica de manter a modalidade “extensiva” de exploração dessa região. Porém — e isto é o que cabia acrescentar aos autores acima citados a partir da perspectiva em que se coloca este trabalho —, o tema que eles discutem é analiticamente uma consequência (ainda que ao longo do tempo os realmente) dos fatores econômicos e políticos que analisamos aqui.

37. Mais abaixo complicaremos esta questão mediante a introdução de outros fatores.
38. Em outras palavras, se dá a circunstância bastante perversa de que não só esse coeficiente é alto mas que também aumenta com elasticidade maior que 1 (uma) com aumentos em seu nível de produção: cf. Juan Ayza *et al.*, *América Latina ...*, op. cit.
39. Para dados sobre este ponto cf. especialmente: Fundación de Investigaciones Económicas para América Latina (FIEL), *La financiación de las empresas industriales en la Argentina*, Buenos Aires, 1971, e Mario Brodersohn, “Financiamento de empresas privadas y mercados de capital”, Buenos Aires. Programa Latinoamericano para el Desarrollo de Mercados de Capitales, 1972.
40. Sobre este ponto e outros proximamente ligados, Guillermo O'Donnell e Delfina Linck, *Dependencia y autonomía*, cap. III, Amorrortu Editores, Buenos Aires, 1973, e as fontes ali utilizadas.
41. Cf. os dados pertinentes em Mario Brodersohn, “Política económica ...”, op. cit.
42. Na realidade, a elasticidade-preço da produção pampeana é nula ou levemente negativa no curto prazo, do qual nunca saiu por causa desses ciclos. Isto se deve a que para o gado “um aumento de seus preços relativos reduz a oferta e aumenta os estoques. Ademais, um aumento no estoque de gado implica um maior uso de terras para cultivo, dada a rigidez da oferta de terras... Portanto, um aumento nos preços relativos para a carne afeta também negativamente a produção de cereais, já que à menor oferta de carnes se soma a menor área cultivável agrária” (Mario Brodersohn, “Política económica...”, op. cit., p. 28).
43. Em contraste com o que anotamos acima a respeito das exportações, a elasticidade-renda das importações é sumamente alta; foi estimada em 2,6 para o período 1947-1967 (Carlos Díaz - Alejandro, *Devaluación ...*, op. cit., p. 356); para o período posterior a 1966, Juan Ayza *et al.* (*América Latina ...*, op. cit., p. 13), com uma metodologia diferente, estimam uma elasticidade de 1,8. Um dado que indica como se completa por via do consumo interno este movimento de pinças contra o balanço de pagamentos na fase ascendente do ciclo é que a propensão marginal a consumir bens exportáveis (alimentos, bebidas e tabacos) dos assalariados é de 0,36 e a dos não assalariados é de 0,16 (Carlos Díaz - Alejandro, *Devaluación ...*, op. cit., cap. IV).
44. Esta é uma estreitíssima síntese do tema principal dos trabalhos citados na nota 31, aos quais devo remeter-me. Uma excelente apresentação dos mecanismos operantes nas fases ascendentes e descendentes destes ciclos — que infelizmente chegou a meu conhecimento com o presente trabalho já substancialmente terminado — é a de Marcelo Diamand, “El pêndulo argentino: empate político o fracasos económicos?”, datilografado, Buenos Aires, set./1976; cf. também Mario Brodersohn, “Política económica ...”, op. cit.

45. Ao mesmo tempo, ao se aproximar a fase ascendente à crise do balanço de pagamentos, surgem controles estatais de preços e de câmbio que molestam particularmente essa fração. Lamento não poder me estender sobre esses pontos; basta ter presente que, quanto aos controles de preços, típicos do final da fase ascendente, só se poderia tentá-los na realidade sobre as “empresas líderes”. Em outros aspectos a implantação de diversas modalidades de controle de câmbio, as restrições sobre remessas de capital ao exterior (e a típica reemergência de um mercado negro de divisas) com o fim de adiar a crise de balanço de pagamentos, constituíram-se em importantes freios para, sobretudo, as empresas mais articuladas com o exterior. Certamente, nenhum desses controles logrou seus propósitos nem impediu que se realizassem abundantes “fugas” de capital, porém, muitos dos diretores de grandes empresas (nacionais e transnacionais), que entrevistei para meu livro de próxima publicação, sentiam em 1971-1972 que “deviam” para isso atuar “excessivamente” à margem da legislação interna — com as preocupações conseqüentes em momentos de fase ascendente do ciclo, no qual faltavam “demagogos” com bom acesso ao aparato de Estado.
46. Em termos de seu alto coeficiente de importações e de sua forte demanda interna de divisas para remessas financeiras ao exterior — e sem prejuízo de que seu melhor acesso ao financiamento internacional permita (como tem acontecido várias vezes na Argentina com as empresas automobilísticas) realizar excelentes operações cambiais com o Estado em períodos, pré e pós-desvalorização, de aguda escassez de divisas.
47. Inclusive “dentro” da fração oligopólica do capital privado, as empresas mais direta e plenamente internacionais — as filiais de empresa transnacionais — costumam ser as de maior tamanho (em capital e vendas), as de maior taxa de crescimento e as mais capital-intensivas; cf. sobretudo Juan Sourrouille, “El impacto ...”, op. cit. É claro que isto não é uma originalidade da Argentina; sobre o México ver Fernando Fajnzylber e Trinidad Tarragó, *Las empresas transnacionales. Expansión a nivel mundial y proyección en la industria mexicana*, México, DF, Fundo de Cultura Económica, 1976, e sobre o Brasil, Carlos Von Doellinger e Leonardo Cavalcanti, *Empresas Multinacionais na Indústria Brasileira*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975.
48. Cf. por exemplo as *Memorias anuales* da Unión Industrial Argentina (UIA).
49. Que por sua vez arrastavam boa parte das regiões não pampeanas, que também tinham de “contribuir” para estas transferências de renda.
50. Pelo menos, os ramos industriais mais concentrados e internacionalizados costumavam responder com maior dinamismo à reativação.
51. A manutenção de uma taxa de câmbio fixa — ou sistematicamente retardada em relação ao aumento de preços internos — era o principal mecanismo que revertia os preços relativos em seu favor (inclusive dos salários); cf. os trabalhos citados na nota 31.
52. O que por certo não obstou que não poucos desses processos fossem agudamente conflitivos. O ponto é que a capacidade de resistência dessas classes geralmente foi menor que a da burguesia pampeana e que, ademais, o custo global em termos do nível de atividade econômica interna e de exportações foi mais baixo, inclusive enquanto aqueles conflitos não haviam chegado a novas acomodações de estruturação e maior subordinação dessas classes agrárias à grande burguesia (para facilitar as quais se contava ainda com a possibilidade de acentuar a exploração do campesinato). O Brasil e o Peru ilustram esse ponto, cada qual à sua maneira.

53. No caso dos enclaves não se tratou, obviamente, de modernizar o setor mais intensivo em capital e tecnologia da economia, mas sim de renegociar com o capital internacional as percentagens que podiam ser acumuladas localmente. Nos casos em que (1) se pressionou “excessivamente” (chegando ou ameaçando chegar à nacionalização, sobretudo) e em que (2) o produto do enclave era analogamente importante ao da produção pampeana para o conjunto das exportações (Bolívia e, mais recentemente, Chile), as já mencionadas quedas de produção e/ou de preço — equivalentes neste plano aos recorrentes “desalentos” da burguesia pampeana — desencadearam crises de balanço de pagamentos e suas agudas reverberações internas.
54. Para a insistência da burguesia em seu “desalento” por causa dos preços e das tentativas de asfixiá-los por meio de impostos, basta consultar qualquer coleção de documentos da “Sociedade Rural Argentina (SRA)” e da “Coordinadora de Asociaciones Rurales de Buenos Aires y la Pampa (CARBAP)”, entre outras.
55. Inclusive mediante uma tentativa de implantar o “imposto sobre a renda potencial” que, como tantas outras coisas, se dissipou com as grandes explosões sociais de 1969..
56. Não deixa de ser incômodo voltar a me referir a meu livro recém-terminado, porém ali pode se achar a análise detalhada do período 1966-1972 que aqui irá faltar. Para análise da política econômica desse período, Juan Carlos de Pablo, *Política antiinflacionaria en la Argentina, 1967-1970*, Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1972, e Oscar Braun, *El capitalismo ...*, op. cit.
57. Outra exceção — menos nítida, porém igualmente ilustrativa — pode se achar na política econômica seguida durante os anos de 1964-1965. Nela coexistiu uma boa relação de preços pampeanos com uma melhora do salário real, porém isto encontrou seus próprios limites pelo lado de uma redução da rentabilidade da burguesia urbana — que impulsionou ativamente o golpe de 1966, ainda que não por esta razão —, num grande aumento do déficit fiscal e em fortes restrições às importações, sobretudo de bens de capital.
58. Obviamente, continua de pé a ressalva implicada pelas exceções do Uruguai (por razões similares às aqui estudadas) e do Chile (por razões bastante diferentes que não podem nos ocupar aqui).
59. Desde que esses aumentos salariais impulsionam a atividade econômica, ao mesmo tempo que outras medidas permitidas pelo transitório alívio de balanço de pagamentos aumentam o nível de ocupação, pouco importam as ortodoxas advertências acerca de que tudo isso realmente a inflação; principalmente porque esta, com uma taxa de câmbio fixa ou sistematicamente retardada, acelera a reversão da estrutura de preços relativos.
60. No Uruguai, a menor industrialização, determinada fundamentalmente pelo menor mercado interno, debilitou muito mais ambos os atores: a burguesia local resultou por si mesma mais débil e, no setor popular, pesou menos à classe operária. No Chile a expressão política da classe operária se dá através de partidos marxistas, e a inexistência (como na Argentina e no Uruguai) de um alvo direto no problema da mudança do preço relativo dos alimentos fez desta aliança algo mais ambíguo e descontínuo. Nos restantes países da região a maior debilidade do setor popular, herança de um maior grau de heterogeneidade internacional, despojou a burguesia local desse fundamental aliado.
61. Estes são temas e termos recorrentes nas declarações e demandas da CGE; cf., p. ex., suas *Memorias anuales*.

62. Pelo menos utilizado como *proxy* o único indicador disponível para formar uma série temporal prolongada e com intervalos mensais, a relação entre os preços atacadistas urbanos e os salários.
63. Derivada fundamentalmente da coincidência na defesa do mercado interno contra o caráter “externo” e internacionalizado da atividade exportadora e da grande burguesia urbana, contra os quais se forjava para impulsionar o começo da fase ascendente do ciclo.
64. Inclusive no que diz respeito à decisiva importância que tiveram para este os recursos econômicos e organizacionais dos sindicatos.
65. Mantendo-nos sempre dentro de possibilidades que não pressupõem uma mudança dos parâmetros capitalistas da situação, não se pode ignorar que a política fiscal pode haver amortecido os ciclos num grau e, por sua vez, poderia haver modificado muitos dos processos que analisamos. Porém, a capacidade para extrair e realocar recursos mediante instrumentos fiscais (não só os já referidos gravames “eficientistas” sobre a terra pampeana) pressupõe também estabilidade a médio prazo desses instrumentos, sua efetiva implementação e uma burocracia medianamente consolidada que possa “ignorar” a pressão imediata dos interesses afetados. Esses requisitos não podiam ser satisfeitos em meio aos movimentos pendulares e à conseqüente colonização e fracionamento do sistema institucional do Estado.